

Veríssimo está de férias. Sua coluna volta a ser publicada a partir do dia 12

Os bocós e a fala do rei

CÂNDIDO MENDES *

Espejo, espelho, onde no mundo encontraremos uma país como este? Temos hoje a ventura de dispor das extraordinárias entrevistas de FH sobre o próprio desempenho, que nos exibem o presidente de corpo inteiro, suas idéias, seu projeto político: o passado entre os monstros sagrados das teorias do desenvolvimento e da dependência; o presente, que não quer se demitir do cuidado do intelectual com sua ação de governo; o futuro no pacto entre a "real politik" e o ganho, afinal, de um país menos injusto. Após a morte de Mitterrand ou a saída de cena de Felipe Gonzalez gozamos da oportunidade única, hoje, no Brasil, de fruirmos o Tratado do Príncipe, por ele mesmo, neste fim-de-século. É nosso, no panteon das espécies de governantes, este prazer solitário de convivermos com o rei-filósofo. E não é outra a dimensão que nos leva — em qualquer pronunciamento da cabeça-reinante — a cobrar, sem concessão, de quem pode infinitamente, como faz crer a consciência do protagonismo de FH. Junta o presidente à ciência, a fortuna dos deuses e, no toque de fada de toda a sua escalada política, a simpatia e a suavidade devastadoras da interlocução. Fernando Henrique esbanja o charme dialético no misto único de lucidez e malemolência de quem sabe bailar com a posteridade. Sedutor-seduzido, que entorpece o acontecer, preguiçoso das suas cobranças, suscetível de abrir as muitas passagens do dito corcél da história, mais para pangaré do que para roncinante. De tantos dotes e sortes, é impossível ao presidente fugir da impunidade: do silenciamento da autocritica que termina por ser o castigo sob medida dos grandes reis-filósofos. Vamos legar ao milênio uma vinheta suntuosa do que é, no Brasil, o intelectual no poder. No pódio da consagração brande o azorrague sobre o pensamento de onde emergiu, num exercício de contrição demistificadora. Se todos os esquerdistas são bocós, continua FH, nem todos os bocós são esquerdistas.

É a longo prazo que o presidente quer ser julgado, removido o vespeiro da utopia, num projeto em que acredita por inteiro e que passará a dar frutos, cento por um, após o pastoreio da estabilidade, e do real. Mas ao mesmo tempo nos diz que, o compromisso que nos redimirá a prazo médio depende ainda de uma aposta histórica esboçada com toda a temeridade. Não tem certeza o presidente de que entramos na Nova Ordem Internacional.

Estamos na sua soleira, repete FH, e mais do que nunca há que repetir o rigor do asseio, da casa em ordem, de tudo que seu mestre mandar, que pedem às nações postulantes, ávidas de revestirem a fatiota "historicamente correta" deste fim de século. Só que aí estão os especialistas do ramo — aqui e lá fora — a repetir que não há ainda nenhum caso de regime análogo ao brasileiro, de garantida retomada do desenvolvimento após o marco da inflação zero e da casa em ordem. Nem sobretudo pode-se confiar em que as empresas transnacionais — as únicas que sobrarão no terreno, com a execução do Estado e o engolimento da empresa nacional — vão de fato voltar-se para o mercado interno e atender às nossas exigências de emprego e de desconcentração de rendas. Ao contrário, as trans ou multinacionais continuarão a competir pelos melhores bocados no mercado global, às batatas ou às urtigas as exigências de mudanças, ou o benefício da verdadeira prosperidade prometida como segundo tempo do arrasador sucesso do real.

O olhar longínquo que o presidente deita sobre o Brasil que queremos leva o sociólogo a esquecer que a história se faz por uma prática de tensões, não por uma fé *ex machina*, em atores pré-designados. FH desmonta a classe como protagonista importante hoje no Brasil e designa a sociedade civil como ator de toda a cena do futuro, entregue o gatilho do progresso ao bingo e à cabra-cega das parcerias. Não, propriamente entre o Estado e a multinacional, mas sobretudo entre as superempresas e as brasileiras em fim de festa. De princípio, o governo descarta toda "reserva estratégica" de intervenção do Estado no domínio econômico. Não há prioridades na passagem ao martelo das privatizações, nem sobretudo cogitou o Executivo de manter uma posição "vendedora" na negociação das empresas públicas. Fiel a esse entreguismo resignado, vão-se os anéis e também os dedos, nos tantos réis de mel-coado em que, afinal, a Vale do Rio Doce sobe a leilão, sob a mesma insensibilidade votada às sucatas de velhas e confusas parcerias entre o capital público e o empresarial brasileiro. Entregamos as jóias da coroa — para reduzir o nosso déficit interno, mas só vai de mal a pior o outro pulmão do respiradouro da nossa sanidade econômica, mesmo se resgatado o sopro da boa moeda. Continuam indenes os déficits dos estados financiados pelo Banco Central, no custeio da máquina do arcaico e do pacto político brasileiro,

na transação em que FH não pede menos nem paga mais do que Campos Sales ou Washington Luís. A intocabilidade da dívida estadual é o preço político necessário a esta, "real politik", só que hoje justificada pelos mais altos designios da reforma da Carta Magna. Menos esta muda, frente ao primeiro e ético propósito, mas se negocia, e se paga mais pelo menos, no apoio às emendas: só cresce afinal a benesse aos governos estaduais e suas bancadas do mais voraz clientelismo. O propósito final de FH é, exatamente, o da realização do "universal dos Direitos do Homem", garantidos pela democracia e prometidos pelo desenvolvimento. Mas nosso é o tempo dos homens partidos pela exclusão social onde somamos uma tragédia do fato à tragédia do seu reconhecimento na cabeça do presidente. Quantos brasileiros até 2020 ficarão fora — não do banquete — mas da ração mínima do sustento na miséria terminal? "Sei lá", diz o presidente; 50 milhões, 20 milhões, sei lá, repete FH na magnífica lucidez das impotências finais dos governantes ou do cinismo apocalítico do "depois do dilúvio". Por mais que se estiquem as reeleições, o prazo da hecatombe desborda do mais afável e aplicado dia-a-dia do soberano, sobre as durezas irrelevantes, a fome dos súditos ou as brioches de Maria Antonieta.

São macros coeficientes de excluídos que nos aguardam no futuro. Mas eles podem ser diferentes, consoante as duas alternativas entre os modelos econômicos que disputam o nosso fim de milênio. O socialdemocrata perde o sono nessa constatação e trabalha o que pode contra a corrente dessa fatalidade, e sua foice entre o Brasil e um não-Brasil. É intervencionista, desconcentrador de rendas, defensor da presença constitutiva do poder público na correção dos desequilíbrios sociais. O liberal ou o neoliberal vai em frente, sono garantido, à reeleição. Se não nos acode a mão da Providência, que nos valha, na sorte, a mão boba do mercado. Nosso é um tempo do socialismo paralisado pela maldição do muro, da aposentadoria dos carismas, das teratologias do populismo, para nos felicitarmos panglossianamente do melhor dos mundos, como apraz o tucanato. Não temos Salinas nem Menems no armário de esqueletos. Eia! Sus! Que vamos ao admirável mundo novo, que quer a frieza sueca, sem a sua igualdade medular, e o país de Juscelino, sem a sua audácia.